

## Universidade, ciência e revolução

Sergio Lessa<sup>1</sup>

Examinar a conexão entre universidade e ciência, em especial nos dias em que vivemos, pode ser uma oportunidade interessante para discutirmos a relação entre a universidade e a teoria revolucionária. Teoria revolucionária, aqui, no sentido mais amplo do termo: ciência e filosofia que revelem a essência do mundo – pois, em sentido mais estrito, o de investigar tanto as condições em que deve ocorrer, quanto as formas que deve assumir a práxis revolucionária, é algo muito além dos limites da academia. Além de oportuna, esta discussão também me parece necessária: apesar dos pequenos avanços dos últimos anos, é na universidade que boa parte dos revolucionários ainda busca, com muitas ilusões, sua formação teórica.

Poucos discordariam da constatação de que, nos últimos 20 anos, a universidade viveu um duplo processo: as públicas foram degradadas (a ampliação faz parte da degradação) e, as privadas, foram ampliadas. Todas as lutas e esforços (não foram poucos) em sentido contrário foram batidos pela tendência que se revelou predominante: amplia-se o peso dos interesses privados na produção científica e incorpora-se a cada dia as demandas do mercado aos critérios acadêmicos. O impulso em direção a uma universidade que produzisse conhecimentos para a humanidade antes que para o capital – com toda a ingenuidade de que alcançar-se-ia este objetivo pela correta, isto é, democrática, administração das verbas e das políticas educacionais –, tão forte e marcante nas primeiras greves das universidades federais nos anos de 1980, simplesmente esgotou-se. Junto com o esgotamento desse impulso, tivemos também o esgotamento das tendências mais democratizantes e plurais, sempre à esquerda do espectro ideológico, que tornaram a universidade brasileira mais receptiva ao marxismo do que suas congêneres na Europa e nos Estados Unidos nas últimas décadas do século 20.

Hoje, por meios indiscutivelmente democráticos e administrativamente eficientes, reduz o espaço para o marxismo, mesmo em suas formas mais moderadas, pasteurizadas, na universidade brasileira. Poderíamos discutir mais longamente este processo: a burocratização que o acompanha, o produtivismo que lhe é inerente, a concepção positivista e canhestra de ciência que lhe é peculiar, o idiotismo do Lattes, a concepção de mundo burguesa que o suporta, a permanente falsificação da história e do ser social, a deformação cotidiana dos jovens em burocratas-pesquisadores etc. etc. Como tudo isso já foi feito em várias ocasiões e por pessoas mais capazes, partirei da constatação da existência desse processo de esgotamento do impulso à universidade plural e democrática e da decorrente intensificação do seu caráter de classe burguês para argumentar, recorrendo a um exemplo, como isto se reflete nas suas produções teóricas – mesmo as à esquerda. O exemplo é a relação entre a produção teórica acadêmica e o fenômeno da aristocracia operária.

1.

Se compararmos o planeta dos primeiros anos do século 20 com os primeiros anos do século 21, do ponto de vista da classe operária três tendências se fizeram presentes. A primeira tendência é que a classe operária, se antes exclusivamente europeia, japonesa e estadunidense, se esparramou pelo planeta: países como o Brasil, México, Irã, Coreia, China, Tailândia, Malásia, Filipinas, Índia, África do Sul, Rússia etc. se industrializaram e

---

<sup>1</sup> Texto que deveria ter sido apresentado no I Encontro Internacional Trabalho, Educação e Formação Humana/ IV Encontro Norte-nordeste Trabalho, Educação e Formação Humana, em Fortaleza, em 11 de outubro de 2014.

outros países, ainda marcadamente agrícolas, passam a conhecer enclaves industriais significativos (El Salvador, Vietnã, Formosa etc.). A penetração das relações de produção capitalistas no campo, não apenas expulsou multidões para as cidades tornando o planeta pela primeira vez majoritariamente urbano (Davis, 2007), como ainda converteu em proletariado rural boa parte dos que permaneceram trabalhando na terra.

A segunda tendência tem sido uma crescente homogeneização das suas condições de vida e trabalho. Isto pode parecer paradoxal. A intensificação da exploração do trabalho fez surgir formas variadas e diversificadas de contratação e de assalariamento (desde os *part-time workers* até todas as mais variadas formas de terceirização e trabalho doméstico, passando por fenômenos como os da Terceira Itália, da agricultura integrada e dos enclaves produtivos). Estas tendências fizeram o mercado de trabalho mais variado e diversificado. Há, ainda, movimentos migratórios que inserem conflitos étnicos no proletariado de vários países, contribuindo para sua diferenciação (Gorz, 1970; Leman, 1993). Todavia, tais tendências não apenas são quase universais, como ainda o fato de a internacionalização do capital generalizar planeta afora processos produtivos similares, com suas tecnologias e modos de gerência da força de trabalho característicos do, para sermos breves, toyotismo, têm resultado em uma aproximação antes desconhecida das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e proletários dos diversos continentes<sup>2</sup>. A linha de montagem de placas eletrônicas da Foxcom em Manaus é similar às da China, as condições de vida e trabalho nas confecções asiáticas são similares às de Los Angeles (Ross, 1999), as montadoras se tornaram tão similares mundo afora que podem dividir a montagem de um carro entre diversos países, cada um contribuindo com uma parte ou componente, as usinas petrolíferas e as grandes siderúrgicas são virtualmente as mesmas independente do país em que forem construídas, os processos de trabalho na agricultura são crescentemente padronizados pela agroindústria e assim por diante<sup>3</sup>. Essa tendência de homogeneização das condições de trabalho relaciona-se, claro está, com a crise estrutural do sistema do capital, com a internacionalização da esfera financeira de cada país, com a crescente articulação e padronização dos Bancos Centrais, das Bolsas de Valores e outros mecanismos similares.

Além das condições de trabalho, também as condições de vida dos trabalhadores e operários se aproximam, mundo afora. Não apenas a urbanização contribuiu decisivamente para isto, mas também o fato de a urbanização seguir as mesmas tendências gerais: as favelas se generalizam, os problemas dos serviços de segurança, saúde, educação, transporte etc. se agravam e a especulação imobiliária – com sua típica dinâmica destruição-construção – concentra a propriedade da terra. Tudo isso contribui para que os custos de produção nas grandes cidades tendam a crescer agravando, por sua vez, ainda mais os problemas infraestruturas e levando ao colapso estruturas urbanas inteiras, como Detroit.

Nesta medida e sentido, as novas e diferenciadas formas de relações trabalhistas que

---

<sup>2</sup> Há, por vezes, uma tendência de contrapor a constatável heterogeneidade das formas de contratação no presente a uma pretensa homogeneidade das relações trabalhistas no século 19. Nem aqui as heterogeneidades são o único aspecto decisivo deste complexo de problemas, nem no século 19 a imaginada homogeneidade existiu (devido à imaturidade da industrialização e do mercado de trabalho se comparados a hoje e, acima de tudo, devido à insuperável heterogeneidade nesta esfera sempre produzida pelo conjunto de tendências inerentes ao capital que Mézáros, em *Para além do capital*, denomina de “forças centrífugas”). O clássico de Engels sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores ingleses é uma das várias obras que poderiam ser mencionadas nesse contexto.

<sup>3</sup> Helena Hirata é uma autora que tem contribuído significativamente com dados e informações sobre este aspecto da evolução da classe trabalhadora. Seu texto *Uma nova divisão sexual do trabalho?* (2002) é imprescindível.

surgiram nas últimas décadas – e que, para muitos, pareciam implicar uma crescente fragmentação dos trabalhadores e, não raramente, mesmo o desaparecimento da classe – são parte de um processo mais amplo que promove justamente o inverso da fragmentação: uma maior homogeneidade nas condições de vida e trabalho nas diferentes partes do mundo – não raramente pela mediação de formas mais diversificadas de assalariamento.

A terceira tendência – historicamente, a mais importante delas –, foi o desenvolvimento da aristocracia operária e de sua colaboração de classe com a burguesia. De um fenômeno tipicamente europeu ao final do século 19, ao longo do século 20 foi se generalizando para países como os Estados Unidos e, mais tarde, para países como o Brasil, o México, a Argentina, África do Sul, Índia, Japão etc. Como esta tendência é mais significativa que as duas precedentes (a generalização da classe operária pelo planeta e a homogeneização das condições de vida e trabalho) para a manutenção do poder do capital, a tomaremos como nosso exemplo para o exame da relação entre a universidade e a ciência.

## 2.

A Revolução Industrial possibilitou à humanidade superar a carência -- e, a abundância, conduziu à crise histórica das sociedades de classe. Das crises cíclicas à crise estrutural do capital a partir de meados de 1970, a linha de desenvolvimento é essencialmente a mesma (ainda que não linear): a necessidade de ampliar a taxa de extração da mais-valia para financiar um "sistema do capital" (Mészáros) em crise crescente.<sup>4</sup>

Uma das maneiras de postergar o início das crises ou amenizar seus efeitos é promover uma combinação superior e mais articulada entre os modos absoluto e a relativo de extração da mais-valia.

De modo espontâneo, sendo teorizada *post festum*, a sucessão de crises e ciclos de expansão econômica foi articulada à crescente produção de mais-valia relativa a partir da mais-valia absoluta. A mera expansão industrial, com a concentração de capitais e o crescimento dos centros urbanos, dá origem ao mercado consumidor de produtos de primeira necessidade (roupas, comidas, remédios, construção civil, equipamentos domésticos, etc.) e à demanda por novos serviços (abastecimento de água, transporte, segurança, saúde, etc.). Isto conduz à industrialização da produção dos bens de primeira necessidade e à ampliação para uma "escala industrial" dos serviços que entram na reprodução da força de trabalho, com a consequente queda do valor da força de trabalho que consome tais mercadorias. O resultado é que uma maior parcela da riqueza produzida será apropriada pelo burguês, a mais-valia relativa<sup>5</sup>. Nessas circunstâncias, quanto mais baratos os produtos e os serviços, maior o poder de compra dos operários de maior poder aquisitivo e dos assalariados das "classes de transição"<sup>6</sup> e, concomitantemente, maior a

<sup>4</sup> Uma versão preliminar desta parte 2 foi publicada em Lessa, 2014a.

<sup>5</sup> "Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento das forças produtivas têm de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los." (Marx, 1983:251) Na sequência Marx fornece o exemplo de "uma camisa". Em *A miséria da filosofia*, Marx já escrevia com todas as letras: "Sem dúvida, se o preço de todas as mercadorias se reduz - e esta baixa é a consequência necessária do livre-câmbio -, eu posso comprar por um franco muito mais coisas que antes. E o franco do operário vale tanto como qualquer outro. Portanto, o livre-câmbio será muito vantajoso para o operário. Aqui, há somente um pequeno inconveniente: é que o operário, antes de trocar o seu franco por outras mercadorias, tem, primeiro, que trocar o seu trabalho contra o capital." (Marx, 1985b:189)

<sup>6</sup> É com essa expressão que Marx, em o *18 Brumário*, designa os assalariados não proletários. Cf. sobre isso *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Lessa, 2011) em especial as Partes II e III.

lucratividade do capital. A miséria de muitos operários passa a ser mediação tanto para acumular capital, quanto para aumentar a participação no mercado consumidor da parte mais especializada e com maiores salários dos proletários! Para tornar a situação ainda mais grave, a expansão imperialista abriu o acesso a fontes de matérias-primas e energias das colônias, favorecendo a produção de bens de primeira necessidade ainda mais baratos, ampliando – pelo mesmo ato e ao mesmo tempo -- tanto a lucratividade do capital quanto o poder de compra dos operários de melhor poder aquisitivo. Estes, juntamente com o capital, passam a tirar vantagens da brutal exploração dos trabalhadores das colônias -- tal como já o faziam da exploração de seus camaradas de classe menos favorecidos. "Daqui para frente", escreveu Emmanuel,

um *de facto* unido *front* dos trabalhadores e capitalistas dos países que se deram bem (*well-to-do countries*), dirigido diretamente contra as nações pobres, coexiste com uma luta trade-unionista interna sobre a divisão do butim. (Emmanuel, 1972:181. Conferir tb. Emmanuel, 1974)

O desenvolvimento das forças produtivas sob o capital, portanto, produz uma coincidência entre o interesse do capital e o interesse pontual de uma parcela dos operários: pela articulação superior da mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, o aumento do poder aquisitivo de parcela dos trabalhadores pode ser alcançado pelas mesmas medidas que aumentam a lucratividade do capital. Parte dos operários e dos trabalhadores, usualmente os mais especializados, com melhores salários, maior tradição de luta e experiência política, passa a participar de um mercado consumidor em expansão e, quando da defesa da ampliação do seu poder aquisitivo, se integra ao bloco formado pelos burgueses e pequena burguesia na exploração do restante dos trabalhadores. Será esse setor da classe operária a base social das posições "patriotas" que apoiam os projetos expansionistas e belicosos do imperialismo na Alemanha de Bismarck (Salvadori, 1979) e Hitler, nos Estados Unidos de Kennedy e Johnson<sup>7</sup>, tanto na França quanto das guerras da Indochina e da Argélia (Lazreg, 2008; Horne, 1987), na defesa da "integridade" do Império Britânico no pós-guerra e, hoje, fornecem parcela da base social de apoio às aventuras imperialistas no Oriente Médio, na África e no Afeganistão e Iraque.

Próximo ao final do século 19, Engels já constatava o desenvolvimento de um setor da classe operária que tendia a ser antes um aliado que um antagonista da burguesia nas lutas de classe e o denominou de aristocracia operária. Lenin, no Prefácio às edições francesa e alemã de *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, definiria deste modo a aristocracia operária:

Essa camada de operários aburguesados ou de "aristocracia operária", inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos "versalheses" contra os "communards". (Lenin, 1984:585)

Apesar das divergências com Engels e Emmanuel, Samir Amin também argumentou algo semelhante.

Se *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* permanece o principal trabalho revolucionário que ainda define o essencial do sistema contemporâneo, isto é porque Lenin estabeleceu a

---

<sup>7</sup> Victor Perlo, em seu *Militarism and Industry* (1963), relata com que dedicação os "maiores líderes sindicais" (nada parece ter mudado, neste particular, desde a década de 1960), "têm agido politicamente como propagandistas da Guerra Fria e cultivaram entre seus membros o mito de que o emprego militar é um grande e indispensável benefício." (Perlo, 1963: 117-8)

conexão objetiva entre monopólios e revisionismo (aquele da Segunda Internacional de sua época). (...) O ponto essencial é que a extensão deste papel hegemônico dos monopólios em uma escala mundial, e a divisão da classe trabalhadora no centro, que aceitou a hegemonia revisionista, ocorreu simultaneamente. (...) (Amin, 1977:107-8)

Ou seja: o desenvolvimento do capitalismo monopolista e do imperialismo deu origem a um setor da classe operária que politicamente se distinguiu do conjunto da classe pela sua maior disposição à aliança com o grande capital, a aristocracia operária. É essa aristocracia operária que forneceu parte significativa da atual base social do reformismo contemporâneo. O capitalismo se encarregou de fornecer a outra porção da base social do reformismo: o gigantesco deslocamento da força de trabalho, das indústrias e agricultura, para o setor de serviços.

Este é o fundamento social para a colaboração de classes que se tornou decisiva ao final do século 20: parte do proletariado tornou-se confiável aliado da burguesia e arrastou atrás de si, em vários momentos decisivos, boa parte dos assalariados. Nas mãos da aristocracia operária e de seus burocratas, os sindicatos se converteram em "cães de guarda" do grande capital<sup>8</sup>. As organizações sindicais e partidárias vão se convertendo em auxiliares do Estado no controle operário. (Glyn e Sutcliffe, 1972:37) Por isso, as integrações dos sindicatos e partidos ao Estado, longe de uma vitória dos trabalhadores, "serviram principalmente para fazê-los assumir responsabilidades que enfraqueceram ainda mais suas posições de negociação e que ajudaram a diminuir sua efetividade". (Miliband, 1969:160-1; tb.) E, novamente, Alain Bihr:

(...) através de sua integração, o movimento operário seria progressivamente transformado em *estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado*. Foi assim que, ao longo do longo período fordista, as organizações sindicais e políticas tentaram canalizar a conflitualidade proletária, propondo-lhe e/ou impondo-lhe objetivos e perspectivas compatíveis com os termos do dito compromisso [entre o capital e o proletariado] e combatendo violentamente qualquer tentativa de explosão do quadro desse compromisso. (...) as organizações sindicais (...) [tornaram]-se assim aliadas, se não cúmplices, das direções capitalistas. Além disso, o movimento operário não podia se integrar às estruturas de comando do capital senão com a condição de provar sua capacidade de "enquadrar" o proletariado. (Bihr, 1998:46)

E, ainda,

A integração dos sindicatos na estrutura da sociedade tem lhes dado importância em termos ocupacionais e sociais. Um membro do sindicato é agora bem-vindo em todos os níveis da administração industrial, pública e privada devido aos seus conhecimentos e compreensão dos sindicatos (...). Uma associação com os sindicatos não é mais uma desqualificação para a entrada em alguns antes muito fechados círculos sociais. (...) Informalmente, em alguns círculos sociais e em algumas circunstâncias, os sindicalistas são pessoas a ser cortejadas e bajuladas. (Allen, 1971:45-6)

Tal integração dos partidos, sindicatos, políticos e sindicalistas de origem operária ao Estado burguês, um fenômeno que se inicia nos países imperialistas, acabou ocorrendo

---

<sup>8</sup> Alain Bihr, 1998. Este texto, que teve alguma repercussão no país, ignora a distinção entre o proletariado e sua aristocracia e, ainda, entre o proletariado e demais assalariados. Desse modo pôde converter o discurso dos burocratas oriundos da aristocracia operária em representante do desejo da totalidade dos assalariados. Este é um dos muitos equívocos de sua tese de que haveria um compromisso de classe entre o proletariado e o capital depois da II Grande Guerra. Um relato sobre o caso francês, muito rico em detalhes, mas de uma perspectiva conservadora, é o Dutton, 2002. Miliband, 1969, V. L. Allen, 1971, e Robinson, 1962 fornecem mais informações sobre a integração dos sindicatos e partidos de base social nos assalariados com o Estado e o capital.

também em nosso país, marcadamente de 1980 para cá.

Embora nossa industrialização tenha se iniciado na primeira metade do século 20, foi apenas na década de 1970 que tivemos a implantação no país do primeiro e verdadeiro centro industrial. Conhecemos a extrema divisão do trabalho, o parcelamento milimétrico dos atos dos operários em linhas de montagens quilométricas típicas do fordismo, o rígido controle taylorista e o típico controle de qualidade a ele associados. Para atender às necessidades das enormes plantas industriais, grandes (lembremos da Metal Leve), pequenas e médias indústrias e oficinas surgiram para produzir os, agora indispensáveis, insumos, equipamentos, peças, componentes. Uma cadeia não tão grande, mas também significativa, de empresas prestavam os serviços imprescindíveis (manutenção de tornos, de equipamentos hidráulicos, limpeza e manutenção de setores ou máquinas específicas, transporte de trabalhadores, alimentação, assistência médica, segurança, etc.). Ao redor desse núcleo produtivo se organizou o espaço urbano: favelas, bairros de trabalhadores mais pobres até os primeiros condomínios para os gerentes, técnicos, diretores, etc. No meio, os bairros de "classe média" que, agora, recebiam também os membros da aristocracia operária.

Tecnicamente, as condições de trabalho não eram muito distintas em São Paulo das de Detroit. Socialmente, contudo, as condições eram muito diferentes. Nos EUA e na Europa, além de produzirem mais-valia relativa a partir da mais-valia absoluta produzida nas regiões mais atrasadas (o sul dos EUA, por exemplo) e em países da "periferia", como o Brasil, os trabalhadores também deveriam participar do mercado consumidor, o que exigiu maciças políticas públicas e o aumento da massa salarial<sup>9</sup>. Nos centros capitalistas, a abundância estava sendo enfrentada com a ampliação do mercado consumidor, pelo aumento da produção e pelo barateamento dos produtos, a expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores do "Terceiro Mundo" era peça decisiva nesse mecanismo. Era o chamado "círculo virtuoso", de Keynes, e o *Imperialismo*, de Lenin.

A função dos operários de São Bernardo e São Paulo era inteiramente distinta. As multinacionais vieram para cá porque era o modo mais lucrativo de levarem a riqueza para ser acumulada nos centros do capitalismo mundial. A força de trabalho deveria ser a mais barata, sua reprodução deveria ocorrer da forma a mais precária. As condições de vida dos trabalhadores deveriam consumir um mínimo de investimentos estatais. As jornadas de trabalho deveriam ser prolongadas, a segurança nos locais de trabalho não seria preocupação e, fundamentalmente, os salários deveriam ser os mais baixos. Sob a ditadura militar e com uma classe operária que não tinha experiência de luta mais significativa, os conflitos inerentes a esta situação deram origem a um sistema sindical atrelado ao Estado, vendido aos patrões e dominado pelos "pelegos" de então.

A própria escala e volume da industrialização, a urbanização e o mercado interno que a acompanham, levaram à industrialização dos bens de primeira necessidade e, também, gerou um mercado consumidor de matérias-primas, peças e componentes que poderiam ser produzidos empregando-se a força de trabalho mais barata e, ainda, aquela do "interior" do país (tradicional áreas agrícolas e sem tradição industrial). O mais avançado da indústria automobilística consome o aço da CSN que é um dos mais baratos do mundo também porque sua produção consome carvão vegetal produzido nas franjas da Amazônia por trabalho escravo (Bales, 1999). Mercados urbanos vão requerer a produção de alimentos, casas, roupas – transportes públicos, serviços de saúde, educação, lazer, serviços de abastecimento de água, energia, manutenção das vias públicas etc., etc. etc. -- e, ainda, toda

---

<sup>9</sup> Eram, grosso modo, os "30 anos dourados" do Estado de Bem-Estar. Não houve, assim indicam os dados mais confiáveis, qualquer distribuição de renda e riqueza, nestes anos. O aumento da massa salarial foi tão lucrativo para o capital que, pelo contrário, levou a uma concentração da renda nos países imperialistas (Cf. Lessa, 2013).

a burocracia necessária para administrar e manter em funcionamento tais centros (as forças de repressão policiais, segurança privada, milícias de todos os tipos, funcionários públicos e assim por diante). Isto torna economicamente viável a produção em larga escala, não apenas dos serviços, mas também das mercadorias que entram na reprodução dos trabalhadores e operários, o que promove a queda do valor dos bens que entram na reprodução da força de trabalho: a mais-valia relativa passa a se articular, no Brasil, com a mais-valia absoluta em moldes que lembram algumas – mas não todas – das características do que ocorreu nas nações imperialistas no século 20.

Esse processo trouxe ao país o fenômeno da aristocracia operária: um setor do proletariado imprescindível para os núcleos mais desenvolvidos do sistema de produção que requerem uma força de trabalho mais especializada, culturalmente melhor formada, com um nível de informação política superior. Nos países centrais, a aristocracia operária é também melhor paga, domina os sindicatos e os aparelhos de representação dos trabalhadores, ocupa cargos no Estado e no Parlamento, e funciona como uma sólida aliada da burguesia contra os "comunardos", como já vimos. Nos anos de 1970-80, em nosso país, nada disso ocorria. A nossa aristocracia operária recebia um pouco melhor que os "peões", mas só um pouco melhor. Era vítima da repressão e da violência policial todas as vezes que tentava valer sua força de representação. Ainda que fosse um "proletário mais nobre", era tratado como parte da plebe.

As greves de 1978-9 foram a explosão desse descontentamento: os "peões" seguiram os aristocratas porque a todos a opressão se tornara insuportável. As greves do ABC chacoalharam o país. Não tanto pelo seu tamanho ou capacidade de mobilização (foram greves limitadas, parciais, com pautas econômicas, sequer se aproximaram de uma greve geral, mesmo que circunscrita a São Bernardo ou a São Paulo), mas pelo fato de exprimirem a potência de um setor da classe operária, sua aristocracia, que se tornara decisiva na produção e que, correspondentemente, se tornara decisiva na luta de classes entre capital e trabalho. A aristocracia encontrou nos "peões" a sua base social para pressionar o capital e a ditadura: daqui a repercussão, muito maior do que a sua escala ou tamanho das greves. Depois do ABC, a próxima onda grevista, que marcará os anos de 1980 e 1990, será a dos trabalhadores de colarinho branco no setor de serviços (as memoráveis greves dos bancários) e do funcionalismo público.

O processo de redemocratização não foi apenas "limitado" (como se a questão fosse a maior ou menor expansão da democracia), foi acima de tudo a reafirmação da essência do nosso passado colonial nas condições do agravamento da "crise estrutural" em um país, agora, também fornecedor de mais-valia relativa. A introdução do toyotismo e da "reestruturação produtiva" foi feita de modo a garantir que nos modernizáramos para continuar sendo, no concerto das nações, um local produtivo da mais-valia de que o atual sistema do capital necessita para deslocar suas contradições cada vez mais agudas. A mesma razão que nos conduziu do ciclo da cana ao do ouro e, depois, ao café; que nos levou do café carioca à produção do café em São Paulo, que nos fez "fordistas" nos anos de 1960-70, nos tornaram, nas últimas décadas do século 20, "toyotistas". Implementamos o que de mais avançado há na esfera da produção, articulamos os enclaves produtivos, exploramos as crianças, as mulheres e reduzimos parte dos nossos cidadãos a escravos, adotamos o trabalho terceirizados (os hifenizados), a "agricultura integrada", passamos pelos CCQs em direção ao *just in time* e tudo o que é devido nos novos tempos, pela fundamentalmente única e mesma razão: a maior lucratividade do grande capital mundial e das classes dominantes no país.

As indústrias, nos últimos trinta anos, se esparramaram pelo território nacional. Desde grandes empresas, mesmo para o padrão paulista ou carioca (como a Grandene no Ceará), até empresas de menor porte que se articularam em enclaves produtivos (Toritama, em

Pernambuco), até indústrias multinacionais como os frigoríficos (Toledo, na Paraná), passam a fazer parte da paisagem do interior do país. Não é mais necessário ir-se para São Paulo ou Rio de Janeiro para encontrar indústrias e proletariados: são agora parte muito mais generalizada da realidade nacional.

A industrialização do interior do país, com uma força de trabalho ainda vinculada ao campo, com pouca experiência urbana e nenhuma vivência de luta proletária, possibilitou ao capital impor uma excepcionalmente elevada taxa de extração de mais-valia absoluta. Toledo, no Paraná, conta hoje com cerca de 20 por cento de sua força de trabalho entre os 18 e os 25 anos de idade aleijada de um braço como resultado do trabalho no frigorífico que domina a economia da região. Situações não tão graves, porém similares, se repetem no país afora. (Lessa, 2014a) O baixo custo do trabalho doméstico (a reprodução da força de trabalho em regiões não industrializadas e em pequenas cidades é muito mais barata, o que resulta em um valor bem menor dos salários) é tão compensador que as técnicas são adaptadas a essa circunstância. Franca (São Paulo), Toritama, no nordeste do país, a terceirização dos serviços e processos de trabalho no interior das fábricas, a "agricultura integrada" (que, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se esparrama pelo país), o trabalho em casa de mulheres, crianças e, secundariamente, homens, prolifera como parte do avanço da industrialização. Ampliou-se, assim, tanto o proletariado quanto a distância entre a sua aristocracia e o conjunto da classe.

Por uma particular realização do "desenvolvimento desigual e combinado", a partir dos anos de 1970, enquanto a economia mundial dava seus primeiros passos na crise, o Brasil se desenvolvia. Nenhuma surpresa: a riqueza concentrou-se predominantemente no grande capital e, secundariamente, na "classe média". Massas novas de trabalhadores urbanos foram geradas pelo êxodo rural e a industrialização "subordinada" (Ianni, 1994) foi acompanhada por uma concentração sem paralelo da propriedade da terra, mais uma das determinações do nosso passado colonial (recolocar a nota<sup>10</sup>). O resultado foi a gênese e desenvolvimento dos movimentos populares e a eclosão, nos anos de 1978-1980, das greves operárias que impulsionaram definitivamente a "redemocratização".

É nesse contexto que teve início a "costura" da colaboração de classes entre a aristocracia operária, representada pelo "sindicalismo autêntico" (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Luiz Gushiken etc.) e a grande burguesia. Os capitalistas deveriam ser convencidos de que seria lucrativa, principalmente pelo controle da base operária e dos trabalhadores, uma aliança com as lideranças operárias "responsáveis", com as quais "se pode conversar"; a CUT e o PT deveriam demonstrar que controlariam suas alas mais à esquerda. Nosso primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor, inicia a "abertura" do país e recebe o beija-mão de Jair Meneguelli, em uma cena tão memorável quanto lamentável: o sindicalismo "autêntico" e o PT publicamente aceitavam as "regras do jogo" e, conseqüentemente, aceitavam "por democrática" a humilhante derrota de 1989 para um inexpressivo filho da oligarquia alagoana.

O emaranhado eclético e incoerente que era a ideologia predominante no PT e da CUT nascentes passou a exibir todo o seu potencial para uma acomodação com a burguesia. A crítica superficial da experiência "socialista" no bloco soviético, a afirmação de um "novo projeto democrático de revolução", (aqui as teses da "democracia como valor universal" cumpriram seu papel), uma revolução não mais proletária, mas de "todos os trabalhadores"

---

<sup>10</sup> Chasin é um autor importante das tentativas de investigar até que ponto o desenvolvimento do capitalismo em nosso país se distingue tanto da "via prussiana" quanto do desenvolvimento capitalista típico dos países centrais, consubstanciando uma trajetória histórica particular, peculiar, que denominou de "via colonial" (Chasin, 1978).



(aqui as teses sobre o fim do proletariado pela sua identificação com a totalidade dos assalariados deram suas contribuições), o apoio ao Sindicato Solidariedade na Polônia, a aliança com a Igreja Católica no país e no exterior, a filiação da CUT ao CIOSL (1992), – sem falar das subvenções recebidas da socialdemocracia europeia e do sindicalismo estadunidense – são elementos da ideologia típica da aristocracia operária em todo o planeta que a nossa jovem aristocracia operária adotou sem pestanejar. A nossa aristocracia operária, por meio de suas lideranças históricas, reclamava da burguesia brasileira o que lhe era "natural" em toda "democracia avançada": uma aliança com o grande capital que lhe daria acesso aos "altos postos de comando do Estado". A concepção democrática burguesa do sindicalismo "autêntico" era a perfeita expressão dos interesses da aristocracia operária: a busca de um lugar ao sol na ordem burguesa.

No discurso, essa finalidade era travestida de uma luta pelo "aprofundamento da democracia" pela "maior participação dos trabalhadores" no Estado. Cada espaço conseguido pelas lideranças petistas e cutistas em negociações com o patronato era aclamado como uma vitória dos trabalhadores e da luta – cada vez menos dita "socialista" e crescentemente caracterizada como uma luta por uma sociedade "mais justa". Lembremos das muitas páginas que afirmavam ser as Câmaras Setoriais uma revolução democrática das relações entre capital e trabalho (Arbix, 1996). Se estes espaços eram conquistados, não por um recuo da burguesia, mas por uma acomodação à ordem das lideranças sindicais, -- se quem acumulava forças era a burguesia e, não, os operários -- era algo que sequer estava em questão. Pois, se tratava, para além do discurso, da conquista de um lugar ao sol para a burocracia representante da aristocracia operária – tal como nos países imperialistas.

Das Câmaras Setoriais às sucessivas negociações envolvendo demissões; dos estímulos dos sindicatos para que suas bases aceitassem os acordos de demissão voluntária, também através de cursos de empreendedorismo promovidos nas sedes dos próprios sindicatos – à traição à greve dos Petroleiros de 1995 e à greve dos funcionários públicos contra a reforma da previdência de 2004, há uma escala de crescente acomodação das lideranças da aristocracia operária às necessidades do capital. A superestimação da importância das instituições democráticas, dos processos eleitorais, dos sistemas burgueses de representação, esses e outros elementos da ideologia burguesa vão sendo "trazidos" para o "ideário dos trabalhadores" (como se dizia na época). Tal aburguesamento foi acompanhado pela centralização burocrática e pelas sucessivas reformas dos programas e documentos estratégicos tanto do PT quanto da CUT. Que o "novo sindicalismo" defendia, ontem como hoje, uma "sociedade cada vez mais democrática", isto é, com uma "participação cada vez maior dos trabalhadores no Estado" e, pelos mesmos atos e nos mesmos instantes, defendia também sindicatos e partidos "dos trabalhadores" cada vez mais centralistas, autocráticos e burocratizados, não é sequer um paradoxo. Basta perceber que, nesse discurso, "participação dos trabalhadores" significa, de fato, acesso da burocracia sindical aos órgãos do Estado e rígido controle da base sindical pelos pelegos da atualidade.

Essa involução se aprofundou ao final do século 20. Os movimentos popular e operário entraram nos anos de 1990 em um profundo refluxo e o MST pôde conhecer seus momentos de glória. A reestruturação produtiva avançava, a desmobilização crescia na mesma velocidade do sucesso eleitoral das políticas neoliberais. As vitórias de Pirro na Constituinte (o ECA, o SUS etc.) se completaram com a derrota de 1989 do PT frente a Collor. A ala esquerda dos movimentos populares, da CUT e do PT, ao invés de questionar os fundamentos destas tantas e sucessivas derrotas, concluiu (como uma verdade revelada) que uma "boa" Constituição não era suficiente. Seria preciso ter "vontade política" para dar vida a ela! Trocando em miúdos, as (pretensas) vitórias na Constituinte apenas alterariam o país com a eleição de Lula à Presidência.

Adotada essa perspectiva, a esquerda estava desarmada nos seus confrontos com a

burocracia sindical "autêntica" e com a burocracia no PT. Ao aceitar a tese de que tudo seria decidido pela eleição à presidência de Lula, a esquerda teve de aceitar como legítimo tudo o que fosse necessário para ganhar as eleições. O que incluía, entre outras coisas, a "profissionalização" do PT e da CUT – o aprofundamento da sua burocratização, do seu autoritarismo e a prática de "recursos não contabilizados", como diria Delúbio – e uma disposição, declarada no discurso e efetivada na prática, de colaboração de classe. De anticapitalistas, o PT e a CUT preferem agora se apresentar como melhores administradores da ordem burguesa que os próprios burgueses (no que, em vários aspectos, não estavam mentindo).

Em poucos anos, alcançamos, no Brasil, uma integração entre a aristocracia operária e o grande capital que levou, na Europa e nos Estados Unidos, muito mais tempo para ser articulada. Ao final da década de 1980, o fundamental da nossa esquerda já tinha sido cooptada pelo horizonte burguês e se convertia rapidamente em "parlamentar e eleitoreira": nenhum acúmulo de forças para a revolução poderá vir deste horizonte, como a história tem demonstrado já por décadas.

Em suma, a redemocratização teve o efeito de reconhecer plenamente a cidadania da nossa aristocracia operária. A aliança de classe que se delineou entre ela e o grande capital se expressou na chegada de suas principais lideranças aos "altos postos de comando do Estado". Os sindicalistas tomaram de assalto a república, não porque os capitalistas perderam o poder, mas porque os sindicalistas são hoje os agentes e fiadores da colaboração de classe entre a aristocracia operária, os setores assalariados não proletários e o grande capital. Daqui a força do PT-CUT no governo federal.

### 3.

Ainda que de modo excessivamente esquemático, esperamos que essa nossa exposição seja suficiente para indicar a importância da gênese e do desenvolvimento da sua aristocracia no desenvolvimento da classe operária. A sua aliança com o capital é um dos pilares políticos decisivos da atual sociedade burguesa. Não se trata, esperamos que esteja suficientemente argumentado, de um fenômeno secundário na existência da classe operária e do conjunto dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Suas consequências não se limitam a aspectos particulares ou internos à classe, muito pelo contrário. Por isso é um exemplo interessante para investigarmos o papel ideológico da universidade já que o trabalho tem sido um dos temas centrais na produção acadêmica por, pelo menos, mais de meio século.

Tomemos como ponto de partida a década de 1960, que se inicia sob o impacto do crescimento do fordismo – cujo parcelamento característico dos processos de produção se estendia, então, também aos escritórios – e pelo texto de Friedman, *Où va le travail humaine* (1950). A sequência de autores mais citados tem início com dois textos franceses de 1963, o de Serge Mallet, *La nouvelle classe ouvrière* e o de Belleville, *Une Nouvelle Classe Ouvrière* e se encerra com os textos de Lojkin, *A revolução informacional* (1995), de Adam Schaff, *A sociedade informática* (1990), de Negri, *Marx Beyond Marx* (1991) e *El Poder Constituyente* (1994) e os autores nacionais Antunes, *Os sentidos do trabalho* (1999), Antunes, e Braga (orgs.) *Infoproletariados* (2009), de Iamamoto, *O Serviço Social na Contemporaneidade* (1998) – passando por textos como os de Gallie (*In search of the new working class*, 1978), Poulantzas (*Classes in contemporary capitalism*, 1985), Nagel (*Trabalho colectivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*, 1979), Gorz (*Adens ao proletariado*, 1987) Dahrendorf (*Class and Class conflict in an Industrial Society*, 1959), Piore e Sabel (*The second industrial divide*, 1984), Burawoy (*The politics of production*, 1985), Bottomore (*Classes in modern society*, 1992) e Braverman (*Trabalho e Capital Monopolista*, 1981).

Com as devidas ressalvas de ser esta uma aproximação, portanto, longe de um quadro completo ou exato, não é uma falsidade afirmar que: 1) o fenômeno da aristocracia operária

não tem lugar no *main stream* acadêmico de esquerda, como ainda, 2) no seu conjunto, as teorias produzidas tendem a velar a distinção não apenas entre o proletariado e demais trabalhadores, mas mesmo a distinção entre o proletariado e a sua aristocracia. A crescente distância, econômica e política, da aristocracia operária e sua burocracia para com o conjunto do proletariado, seu papel de "cão de guarda" do capital, foram seguidamente mascarados pela postulação de todos os assalariados serem membros de uma mesma e única classe social. Com algumas diferenças, esses e muitos outros autores comungam desta característica básica: a aristocracia operária não tem lugar em suas teorizações, como se ela sequer existisse.

Já tratamos em outros textos dos graves problemas oriundos da identificação de classe entre proletários e assalariados (ou explorados) para a compreensão da reprodução da sociedade burguesa. Das mais variadas formas, caminham ao idealismo 1) ao desvincular as classes sociais da reprodução do capital e, 2) ao ampliar o trabalho, de intercâmbio material da sociedade com natureza, às atividades de planejamento, administração e concepção. Já examinamos, também, as não menos graves questões que traz para a teoria revolucionária, principalmente pela "morte" do proletariado e de seu projeto histórico. (Lessa, 2011 e Tonet e Lessa, 2012). Por isso, podemos ser mais do que breves: com o desaparecimento (na teoria, não na vida, bem entendido) do proletariado, a contradição antagônica deste com o capital se transfigura em uma contradição não antagônica entre o assalariamento e o patronato. A luta por melhores salários não é a luta pela derrubada do capital -- é uma luta pela manutenção do assalariamento<sup>11</sup>. É compatível com a manutenção da exploração proletária, bem pesadas as coisas, porque todos os assalariados, exceto os operários, parasitam a riqueza produzida pelo proletariado. (Marx, 1983, 1985; Lessa, 2011) Do ponto de vista teórico e ideológico, a "morte" do proletariado é um ponto de honra da perspectiva reformista e constitui suporte ideológico ao predomínio político-sindical da aristocracia operária e sua burocracia.

Sem exceção, conjunto dos autores citados vela a existência e o papel decisivo da aristocracia operária por meio de uma de três -- por vezes, mesmo das três -- homogeneizações. A primeira: o trabalho manual estaria incorporando tal quantidade de atividades de concepção e de controle que não mais se poderia afirmar que a produção se basearia na distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A segunda, que estaria desaparecendo, ou já teria desaparecido, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. E, a terceira, que os "novos arranjos produtivos" superariam o trabalho alienado, pois estariam eliminando a separação entre os trabalhadores e os meios de produção.

Passemos por cada uma delas:

1) A pretensa superação da "oposição como inimigos do trabalho manual e o trabalho manual" (Marx, 1985:105) se baseia na noção segundo a qual, ao fazer o trabalhador manual realizar parte do trabalho de planejamento ou de controle, estar-se-ia superando a divisão entre o trabalho manual e o intelectual porque a "subjetividade" do trabalhador estaria agora entrando na atividade produtiva. Essa tese já estava presente em Mallet (1963). Então, na década de 1960, era a "automatização" que estaria eliminando a separação entre o trabalho manual e o intelectual; no final do século 20 seriam a robótica e o toyotismo os responsáveis por tal feito. Exceto esse *aggiornamento*, a essência do argumento permanece a mesma por mais de sessenta anos.

---

<sup>11</sup> Relembremos as palavras finais de Marx em "Salário, Preço e Lucro": "Em vez do lema conservador de: 'Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!', deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: 'Abolição do sistema de trabalho assalariado!'" (Marx, 1979:377-8)

Que todo e qualquer ato humano singular é uma teleologia objetivada, isto é, que, construímos na consciência antes de transformamos o mundo – essa descoberta é mais antiga que *O Capital* de Marx (Dietzgen, 1977). Não há ato humano, inclusive o do operário mais taylorizado, que não seja mediado pela subjetividade do ser humano envolvido. Também por isso foi necessário, para padronizar os atos humanos na produção, todos os mecanismos de controle do trabalhador (operário ou não) desde a manufatura, na Acumulação Primitiva, até os nossos dias.

A distinção entre o trabalho manual e o intelectual não é aquela em que um pensa e, outro, executa (pois, todos, pensam); mas, sim, a distinção de classe pela qual os dominantes impõem, sempre pela violência, a reprodução da sua propriedade privada pela exploração do trabalhador (novamente, operário ou não). Quando, hoje, o operário é obrigado a terminar o trabalho de programação de um torno ou quando incorpora em seus procedimentos atividades de controle de qualidade, apenas significa que ele está sendo mais intensamente explorado do que se não o fizesse e, não, que está sendo superada a distinção entre o trabalho manual e o intelectual. O que as novas tecnologias e formas gerenciais têm alcançado, tanto nas fábricas quanto nas fazendas, é um maior e mais efetivo controle sobre o trabalho, o que se revela na menor porosidade, na maior produtividade e na crescente intensidade da jornada trabalho.

Além disso, a transferência ao operário das etapas finais da concepção, que requerem o cérebro antes que a mão, não é exatamente uma novidade. No passado, era corrente a exigência de que um torneiro mecânico ou um ferramenteiro fosse capaz de calcular a conversão de centímetros em polegadas ou que fosse capaz de conceber o tipo de rosca que melhor se adaptaria ao projeto; um marceneiro deveria conhecer a melhor madeira para determinadas peças ou móveis, calcular a proporção de laca e solvente para cada tipo e estágio de amadurecimento da madeira, moldar as peças segundo as vibrações da madeira; um eletricitista deveria ser capaz de calcular a relação entre a energia, a bitola e isolamento dos fios, a resistência dos fusíveis, etc. Esse encargo do operário de parte das atividades de cálculo, planejamento e organização da produção já é conhecido do passado<sup>12</sup>.

A separação entre o trabalho intelectual e manual não foi inaugurada pela especialização peculiar ao fordismo/taylorismo, nem é superável pela assim dita "polivalência" do trabalhador toyotista. Ela é fundada pelo trabalho alienado, pela organização do trabalho para produzir a propriedade privada da classe dominante. Por isso, mesmo no caso extremo em que a totalidade da organização, controle e planejamento da produção da propriedade privada fosse realizada pelos operários – e apenas por eles – mesmo nessa hipótese irrealista, a "oposição como inimigos mortais"<sup>13</sup> entre o trabalho intelectual e o manual estaria integralmente mantida. É fácil se perceber a razão: o que determinaria a produção continuariam a ser as necessidades de acumulação da propriedade privada e, não, as necessidades humanas.

A superação da "oposição como inimigos" entre o trabalho manual e o intelectual, para não nos alongarmos além do imprescindível, apenas será possível pela superação das classes sociais com a transição ao trabalho associado, à livre organização dos produtores associados – o comunismo.

---

<sup>12</sup> Cf., por exemplo, J.P. (1969). Há várias descrições interessantes do dia a dia operário sob o fordismo. Ronald Fraser organizou, para a *New Left Review*, um dos panoramas mais abrangentes que conhecemos, a série *Work*. Mais próximos a nós, Helena Hirata, com *Nova Divisão Sexual do Trabalho* (2002), deu uma contribuição fundamental.

<sup>13</sup> Na primeira edição em inglês, revista por Engels, no famoso segundo parágrafo do Capítulo XIV da 4ª edição alemã do Livro I de *O Capital*, *feindlichen Gegensatz* vem traduzida por "inimigos mortais".

2) A segunda homogeneização: o desaparecimento da distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Lojkin, nesse particular realiza um percurso que reúne muito dos elementos típicos entre os autores do final do século 20. Por exemplo: ignora, sem qualquer cerimônia, o conteúdo clássico (isto é, desde a Economia Política Clássica até a sua crítica por Marx) dessas categorias. A burguesia, já no século 18, descobrira que há salários que produzem lucro e salários que apenas são custos e que, portanto, na organização dos negócios, o ideal é aumentar a proporção dos trabalhadores produtivos de lucro em relação aos improdutivos. Marx pôde ser preciso onde a Economia Política não podia ser: o trabalho produtivo é a modalidade de trabalho abstrato (trabalho assalariado) que produz mais-valia. Ele pode ocorrer no intercâmbio material com a natureza ou fora dele. O trabalho improdutivo é a modalidade do trabalho abstrato que não produz mais-valia<sup>14</sup>.

Fazendo tábula rasa da navalha de Occan, Lojkin apresenta a sua alternativa: o trabalho produtivo é aquele que "se inscreve na relação entre o homem e a natureza material, o segundo [o trabalho improdutivo] na relação entre os homens" (Lojkin, 1985:274)<sup>15</sup>. Nenhuma crítica que demonstre as incorreções das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo; nenhuma demonstração da superioridade de suas formulações sobre as de Marx. Simplesmente se oferta uma nova definição, como se a economia política clássica e sua crítica por Marx não fizessem parte da história.

É a partir dessa nova definição dos trabalhos produtivo e improdutivo que Lojkin pôde argumentar, primeiro, que as atividades de serviço, de pesquisa científica e de planejamento e concepção seriam improdutivas e, contudo, pela Revolução Informacional, adquiririam um conteúdo cada vez mais produtivo, "imbricando" o trabalho improdutivo ao improdutivo e dando origem aos trabalhadores "produtivos-improdutivos" e "improdutivos-produtivos" (Lojkin, 1995:23, 272-3, 280). Segundo, que a informação passaria a fazer parte do trabalho manual (ou, vice-versa), em uma tese quase literal a de Mallet: atividades intelectuais são incorporadas ao trabalho manual etc. Ainda que a forma da argumentação e o modo de articular o raciocínio variem ao longo da trajetória que conduz de Mallet a Lojkin, a essência do argumento é a mesma: cancela a distinção de classe entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, reduzindo o primeiro ao pensar e, o segundo, ao fazer. E, a seguir, reconhece-se que o trabalho improdutivo é tão necessário à produção quanto o produtivo – daí que teriam se fundido!

Que os trabalhos produtivos e improdutivos sejam necessários à reprodução do capital é algo que Marx (entre outros) argumentou com insistência – todavia, justamente para demonstrar que são mutuamente necessários justamente porque, na reprodução do capital, exercem distintas funções que são complementares. São reciprocamente necessários precisamente porque são distintos. A relação de necessidade entre eles é a demonstração de sua distinção, jamais de sua identidade. O que é idêntico não é necessário, é idêntico<sup>16</sup>.

Para não nos alongarmos, nessas homogeneizações de trabalho produtivo e improdutivo são, sem qualquer cerimônia, desconsiderados tanto o fato de haver atividades

---

<sup>14</sup> Tratamos desta questão, com as citações devidas do Volume I de *O Capital*, em especial na Parte II de *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (2011).

<sup>15</sup> Para sermos muito breves, Lojkin apenas confunde como o que distinguiria o trabalho produtivo do improdutivo, as peculiaridades dos atos voltados à transformação da natureza com o restante dos atos humanos – confunde aquilo que Lukács, na *Ontologia*, particularizou como posições teleológicas primárias e secundárias.

<sup>16</sup> Essa é uma descoberta já presente em Aristóteles: a necessidade é uma relação que só pode ocorrer entre coisas distintas.

que produzem mais-valia e, outras, que não o fazem, por vezes na mesma cadeia produtiva, quanto as consequências que daqui advêm para a configuração das classes sociais.

3) A terceira homogeneização: os novos "arranjos produtivos", os *clusters*, os trabalhos domésticos de todos os tipos, a agricultura integrada, etc., estariam superando a separação entre os trabalhadores e os meios de produção ao dar posse ao trabalhador das ferramentas, da matéria-prima e do produto final. Tais exemplos nada mais são do que a demonstração de como, no momento de sua crise estrutural, por vezes o capital é obrigado a abandonar seu ganho em escala para reviver práticas pretéritas de exploração do trabalho em função da elevada taxa de extração de mais-valia que possibilitam. Em todos os casos, sem exceção, o trabalhador, para poder vender sua força de trabalho, é obrigado a entrar com uma parte do capital fixo (máquinas, instalações em sua casa, ferramentas; no caso da agricultura integrada, a terra, as instalações, as ferramentas etc.) e a funcionar como seu próprio capataz (já que o trabalhadores domésticos são, aparentemente, "livres", pois controlam a si próprios). Tanto a Grandene no interior do Ceará, as inúmeras oficinas domésticas em e ao redor de Toritama (Pernambuco), o trabalho cooperativado dos cortadores de cana de açúcar em Bella Unión (Uruguai), as trabalhadoras têxteis de Goiás Velho, como a Terceira Itália, compartilham dessa miséria comum: são novas e mais intensas modalidades de extração de mais-valia. Em nada representam superações das alienações que brotam do capital.

Estas três homogeneizações – seguidamente negadas pelo mundo real – são o eixo fundamental daquilo que muitos autores contemporâneos denominam de "nova morfologia do trabalho": muitos milhares de páginas foram escritas com o foco nestas – bem pesadas as coisas – fantasias. Dentre as suas várias consequências teórico-ideológicas, uma agora nos interessa diretamente: a aristocracia operária, sua real evolução e sua crescente importância como "cão de guarda" do capital, é solenemente ignorada.

Em seu conjunto, a *main stream* da esquerda acadêmica por mais de meio século tem oferecido um impressionante mosaico no qual, ao mesmo tempo em que são velados a gênese e o desenvolvimento da aristocracia operária, também serve de "demonstração" de que o caráter proletário da revolução deve ser substituído por um projeto capaz de dar conta "dos novos tempos" – para ser breve: um projeto reformista, na melhor das hipóteses.

No início da década de 1960, Harrison, o conhecido historiador do movimento operário inglês, escreveu:

Pelo terceiro quarto do século [19] o *Labour Movement* havia se convertido eminentemente em um movimento da *Labour Aristocracy*. As mais importantes e estáveis instituições trabalhistas (*Labour institutions*) estavam constituídas de tal modo a excluir a vasta maioria dos trabalhadores. (...) Este profundo abismo entre a "aristocracia" e os "plebeus", entre os organizados e os desorganizados, não impediu que os porta-vozes destes últimos supusessem que falavam em nome de todas as classes trabalhadoras. Socialmente e nas indústrias, a aristocracia do trabalho tomava as precauções para se separar da enorme maioria dos que trabalham, mas, na política, algumas vezes achou conveniente posar como autêntica porta-voz da classe trabalhadora como um todo. (Harrison, 1965:32.)

A aristocracia operária cumpre melhor sua função de "cão de guarda" ao se alvarar como representante e porta-voz não apenas da totalidade da classe operária, mas também do conjunto de assalariados. É preciso que sejam veladas a sua distinção da totalidade da classe operária e, também, sua política de defesa a qualquer custo de seus interesses particulares. É compreensível, portanto, que as teses que apregoam a dissolução do proletariado entre os demais assalariados contem com a ampla simpatia da burocracia

sindical e partidária (que se converte, não raramente, em contribuições financeiras para a publicação de livros e coletâneas, o financiamento de congressos e simpósios etc.). Isto ocorre na Europa pela aproximação de parcela da esquerda acadêmica com os partidos e sindicatos de tradição operária (os PCs e PSs, na Inglaterra, o Partido Trabalhista etc.). No Brasil, alterando o que deve ser alterado, o mesmo pode ser percebido na popularidade entre os sindicalistas então ditos "autênticos" de teses como a de Antunes acerca da "classe-que-vive-do-trabalho".<sup>17</sup>

Ao afirmarem não haver distinção entre o proletariado e os trabalhadores assalariados não proletários, ao fundirem todos os trabalhadores em uma única e mesma classe social, estas teses serviam e servem para que a burocracia oriunda da aristocracia operária se apresente como representante de todos os trabalhadores. Não é preciso que nos estendamos a demonstrar o quanto tais teses auxiliaram a consolidação da colaboração de classe ao velar que não se tratava de representantes dos trabalhadores em geral, mas sim de uma parcela do proletariado, de sua aristocracia, -- e que, esta, ao longo da história, tem sido uma fiel aliada da burguesia contra os trabalhadores; no dizer de Lenin, tem sempre tomado o partido dos "versalheses" contra os "comunardos".

#### 4.

Ainda que um panorama e, como todo panorama, uma aproximação, não deixa de impressionar o desconhecimento praticamente absoluto da aristocracia operária, de sua burocracia sindical e partidária, no curso dos debates acadêmicos sobre ou ao redor da "categoria trabalho" nos últimos quase 60 anos. Não apenas como fenômeno da, se me permitem, "sociologia do trabalho", mas como um processo com vastas consequências para a manutenção do poder do capital sem qualquer oposição mais significativa dos trabalhadores por décadas de crise estrutural. O fenômeno do neoliberalismo (as privatizações, o desemprego, as novidades na relação do Estado com a economia, em particular com o circuito financeiro, a intensificação da repressão política -- Guantânomo e tudo o mais -- as novas "guerras localizadas" no Iraque, Afeganistão, Palestina, países africanos etc.) não teria sido possível sem a neutralização política do "antagonista histórico" do capital (Mészáros), o proletariado. A impressionante conversão dos trabalhadores e das "classes de transição" (Marx) em base eleitoral das políticas neoliberais, a não menos impressionante aceitação por larguíssimas camadas da população dos países imperialistas bem como de países da periferia do sistema, de que "não haveria alternativa" a Thatcher e Reagan, e, entre nós, aos governos Collor-FHC-PT, são elementos ideológicos que jogaram e ainda jogam papel de primeiro plano na vitória por mais de meio século da burguesia sobre a revolução.

A importância da colaboração de classe das lideranças sindicais e partidárias oriundas da aristocracia operária, para usar uma expressão de que Lukács gostava, "não poderia ser exagerada" quanto a questão é o controle dos trabalhadores. Sem qualquer excessão, em todos os momentos em que um confronto mais aberto e generalizado com o capital entrou no horizonte, sua ação foi no sentido do isolamento e de contrarrestar as pulsões explosivas. O que ocorreu entre nós na greve dos petroleiros de 1995, no governo FHC, ou na greve dos funcionários públicos contra a reforma da previdência no primeiro governo petista, ao invés de uma excessão, foi a estratégia geral da burocracia sindical e partidária:

---

<sup>17</sup> Os mais velhos se lembrarão como tais teses foram empregadas na luta interna tanto do PT quanto da CUT. As correntes mais à esquerda, que lutavam contra o aumento do peso na organização dos assalariados de classe média (professores, bancários, etc.) em detrimento dos proletários, eram ridicularizadas por "obreiristas" e contra elas se esgrimia as novas teses: somos todos da mesma classe, porque assalariados.

impedir a contestação de se generalizar, em primeiro lugar, depois, deixá-la sucumbir pelo mero passar do tempo e, por fim e sempre que possível, converter a derrota do movimento na derrota dos setores sindicais e partidários mais à esquerda.

Ao lado deste aspecto mais visível, público, tivemos também outros, internos, domésticos, cuja importância é difícil de avaliar em todos os casos, mas que certamente é significativo. Os militantes de base mais à esquerda, mais combativos do que requer a colaboração de classes com a burguesia, são sistematicamente perseguidos e, quando não podem ser cooptados pelos meios burocráticos à mão, são simplesmente desalojados da estrutura sindical e partidária. O "stalinismo" do funcionamento destas organizações é um tema que retorna com frequência. As tentativas de maior centralização da vida sindical e partidária nos órgãos dirigentes, em detrimento da autonomia e poder das bases, fazem parte da vida de todas essas organizações. Por estes mecanismos, "burocratas" -- e não "tribunos do povo" (Lenin, 1978) -- são selecionados para reproduzirem organizações aptas à colaboração de classes.

Além disso, no "chão da fábrica" os organismos sindicais não raramente contribuíram explícita e diretamente para a implantação dos novos padrões de extração da mais-valia, com a consequente intensificação da jornada de trabalho. Nos acordos sindicais herdou-se a prática, já comum na era fordista, de comprometer os sindicatos com os esforços necessários para "adaptar" os trabalhadores às novas formas gerenciais e/ou novas tecnologias. Não apenas os delegados sindicais se recusam a dar voz e organização às "insatisfações" nascentes entre os trabalhadores, como reuniões e até mesmos cursos nos sindicatos são organizados com o propósito de convencer os trabalhadores de que "não há alternativa". Sempre com o mesmo argumento capcioso: em cada fábrica ou unidade produtiva, os dirigentes sindicais irão argumentar que se não for adotada a medida que interessa ao capital, a empresa perderá espaço no mercado, com desemprego resultando para todos. O fato de que, ao fazer o mesmo em cada fábrica, o sindicato aceita o mercado -- isto é, o patronato -- como critério de sua "organização da classe trabalhadora" é solertemente escondido dos trabalhadores. Uma oposição com sucesso à implantação das novas tecnologia e/ou formas gerenciais apenas seria possível pela organização geral, ao menos, de inteiros ramos produtivos; organização esta que, no mundo do dever-ser, seria a razão de existir dos sindicatos. Organização esta que, no mundo real, a burocracia sindical e partidária faz o que pode para impedir, pois é a maior ameaça à colaboração de classes. A fragmentação da classe a partir da inerente fragmentação das unidades produtivas sob o capital não se encerra aqui, contudo. Prossegue ao fazer dos sindicatos órgãos exclusivos dos ainda empregados e apenas dos nativos. Os desempregados e os trabalhadores imigrantes são verdadeiros párias da estrutura sindical e política. (Gorz, 1970)

A intensidade da disposição para a colaboração de classe da aristocracia operária e de seus partidos e sindicatos foi se tornando tão intensa com o passar do século 20 que, logo após a Segunda Grande Guerra, a burguesia francesa pôde se dar ao luxo de entregar a administração da previdência dos trabalhadores à principal organização sindical dos trabalhadores (Dutton, 2002) -- germe do que, décadas depois, seriam os fundos de pensão administrados, também para seu proveito próprio, pela burocracia sindical. Não é, portanto, mera figura de linguagem a expressão "cão de guarda" empregada por Bihr para caracterizar a colaboração dos sindicatos com o grande capital. (Cf. Lessa, 2013, em especial o Capítulo III)

Que o desenvolvimento da aristocracia sindical seja um dos traços decisivos, senão o mais decisivo, da evolução do proletariado contemporâneo, é indubitável. Que foi ignorado pelo *main stream* acadêmico, mesmo entre os autores mais à esquerda, também não se pode duvidar. A verdadeira questão, portanto, é outra: como foram possíveis tantas décadas de tanta produção acadêmica sem que um fato dessa ordem de importância tenha lugar nas



teorizações? Em uma linha: pelo caráter de classe, burguês, da universidade. Com duas mediações mais importantes. A primeira: não enxergar o fenômeno da aristocracia operária corresponde a necessidades sociais enraizadas na vida cotidiana, a qual tem por base as necessidades da própria reprodução do sistema do capital. Os complexos ideológicos, sabemos após Lukács, podem cumprir melhor sua função caso se relacionem com a vida cotidiana com algum nível de veracidade. Isso vale, em especial, para as ideologias restritas, aquelas diretamente vinculadas aos conflitos de classe. Toda falsificação ideológica melhor cumpre sua função falsificadora se for capaz de se recobrir com uma aparência de verdade e, por isso, tende a possuir uma base social. A forma geral das falsificações ideológicas é o "falso socialmente necessário" (Lukács). A universidade, como parte dos complexos ideológicos ordenados pelo Estado, é uma linha de produção de infinitos "falsos socialmente necessários" (Lessa, 2004). A lista é longa e este é um fenômeno cotidiano na vida acadêmica.

Como parte do "falso socialmente necessário" no tratamento da categoria trabalho, noções tão indefiníveis -- que mais se assemelham a gírias que a concepções e categorias científicas --, como "mundo do trabalho", "classe-que-vive-do-trabalho", "morfologia do trabalho", "ou morfologia das classes", "ou morfologia do chão de fábrica", "ou morfologia do político"; "pobretariado", "precariado" -- numa lista que poderia ser muito maior, deslocaram categorias precisas como trabalho na acepção marxiana, classes sociais como complexos fundados pelo trabalho alienado, relações de produção, Estado como instrumento de dominação dos trabalhadores, proletariado como a classe produtora do "conteúdo material da riqueza social" (Marx, 1983:46; Lessa, 2011). As novas categorias -- para o que aqui nos interessa -- exercem a função ideológica tanto de colocar na penumbra o fenômeno da aristocracia operária quanto as graves consequências de sua aliança com o capital no último meio século.

Do ponto de vista ideológico, vaticinar não apenas o fim do proletariado, mas também a homogeneidade de classe de todos os assalariados (ou, na vertente mais claramente politicista, de todos os oprimidos), era imprescindível para que a aristocracia operária, representada pela sua burocracia sindical e partidária, pudesse, em nome de todos os trabalhadores, assumir seu posto de colaboradora ao lado do grande capital. Era imprescindível para que a desmoralização político-ideológica do proletariado servisse como forte estímulo ao "compromisso" com o capital.

Como foram possíveis tantas décadas de produção acadêmica de tal modo desfocadas da realidade? Uma primeira e parcial resposta: pela constante reprodução de um "falso socialmente necessário" correspondente às precisas necessidades ideológicas de justificação da colaboração de classes da aristocracia operária e seus burocratas com o grande capital.

Isto, em primeiro lugar. Em segundo lugar, por um surrado -- mas efetivo -- truque teórico: pretender que a totalidade não existe e concentrar todo o foco da investigação na "nova morfologia" da classe trabalhadora. "Questões" compuseram uma "agenda" que substitui o mundo real: a entrada dos processos automáticos nas linhas de montagem na década de 1960 aboliria o trabalho manual? A entrada da informática e dos robôs, poucas décadas mais à frente, aboliria o trabalho manual? Estaria, com a entrada das novas tecnologias e com a diminuição das camadas hierárquicas entre o engenheiro e o proletário, sendo superada a separação entre o trabalho intelectual e manual? A importância dos softwares nos processos industriais e de serviços faria do programador um proletário? O aumento do desemprego não implicaria no fim da "centralidade" do trabalho? A co-participação de trabalhadores e de outras classes sociais no mesmo mercado de consumo (um texto mesmo mencionava o uso de camisetas Lacoste por filhos de burgueses e de proletários) seria a demonstração de que as classes estariam sendo superadas. Já que os mapas eleitorais indicam uma migração dos votos dos trabalhadores em direção aos

partidos neoliberais, sendo, ou não, eles de base trabalhadora, não seria este fato uma prova a mais de que os trabalhadores e setores médios estariam se fundindo numa mesma classe social? Estaria o mero crescimento do desemprego – sem qualquer mudança estrutural no modo de produção vigente – dando origem à uma nova classe social (o "precariado" e teses similares)?<sup>18</sup>

A "nova morfologia da classe trabalhadora" -- ou expressões similares -- não foi capaz de produzir centenas de milhares de tratados acadêmicos em que são velados a aristocracia operária, o seu desenvolvimento e o seu impacto na manutenção da exploração do trabalho pelo capital? Não tem sido uma utilíssima artimanha ideológica pela qual a aristocracia operária não é investigada e, ao mesmo tempo, milhares de acadêmicos podem se apresentar como progressistas (e mesmo revolucionários) sem terem que se confrontar com o *status quo*? Um confronto, evidentemente, cheio de terríveis ameaças para o *homo academicus* (Bourdieu, 1988).

A produção acadêmica não pagou qualquer preço a este apego à ordem. Pelo contrário, aumentaram as bolsas e os financiamentos; a academia abraçou com apego a "agenda" da "nova morfologia" do trabalho e a financia com correspondente dedicação. Tanto quanto à forma, quanto ao conteúdo, a academia continuou cumprindo sua função na produção do "falso socialmente necessário". Quanto à forma: novas expressões são criadas a cada dia, aumenta a inconsistência de suas noções, muito vagas para merecerem a caracterização de categorias, o estilo se faz crescentemente rococó etc.. Quanto ao conteúdo, fantasias vão substituindo a história, a ignorância vai se tornando imprescindível para uma "carreira acadêmica respeitável", o particular encobre o universal etc.: as ciências humanas vão se aproximando das seitas ao perderem muito da sua capacidade de refletirem proximamente o mundo (Lessa, 2004a, 2014).

## 5.

Esse fenômeno ideológico está longe de ser uma novidade -- mesmo uma novidade recente ou ao mundo acadêmico. Com as devidas variações e distintas mediações em cada caso, parece ser muito adequada a caracterização que Irwin Howe deu ao proposital, socialmente motivado, "esquecimento" do processo social real que acontecia sob os olhos de todos nos anos de apogeu do império estadunidense. Enquanto ditaduras e multinacionais eram esparramadas pelo mundos afora e, nos países capitalistas centrais, a concentração de renda avançava num ritmo similar ao que aumentavam tanto as práticas repressivas (como as torturas e suas tecnologias (Rijali, 2007)) quanto o peso do complexo industrial militar na economia, na política e na sociedade (Macarthismo) (Perlo, 1963; Lareg, 2008 -- a universidade contribuía decisivamente (Schrecker, 1986) para cultivar a ilusão de que o Estado se democratizava (Leiman, 1993) juntamente com a vida social, em um processo que se não havia ainda eliminado, estaria a caminho da eliminação das distinções das classes sociais e, correspondentemente, do caráter de classe do Estado. Nas palavras de Howe:

O espírito conservador (*the conservative mood*) – que reapareceria nos anos de 1980 – havia encontrado sua grande expressão no pós-guerra dos anos de 1950. (...) Hoje parece mesmo cômico recordar que intelectuais liberais de primeira linha escreveram solenes ensaios baseados na certeza de que havíamos resolvido nossos problemas sociais e que, portanto, poderíamos nos voltar a questões "mais elevadas", de caráter espiritual. Os intelectuais, sendo breve, foram cativados, como frequentemente ocorre, pelo *Zeitgeist*, a mais traiçoeira das ilusões. Mary MacCarthy, por exemplo, pôde escrever algo tão absurdo quanto isto: "As barreiras de classe

---

<sup>18</sup> Neste último caso, a habilidosa argumentação nada mais faz do que velar o óbvio: a variação da taxa de desemprego em circunstância alguma pode vir a ser fundante de classes sociais!

desaparecem ou tendem a se tornar porosas; o trabalhador da fábrica é um trabalhador aristocrata em comparação com o *clerck* de classe média (...) A América (...) de vastas desigualdades e contrastes dramáticos está rapidamente deixando de existir". (Howe, 1993:ix-x)

"*Zeitgeist*, a mais traiçoeira das ilusões", não está muito distante de um delírio coletivo com uma precisa função ideológica: justificar o *status quo*. No nosso exemplo, a ignorância do fenômeno da gênese e desenvolvimento da aristocracia operária, bem como do seu papel político de primeiro ordem para a manutenção do sistema do capital (pela neutralização por décadas da capacidade de resistência dos trabalhadores) faz parte do *Zeitgeist* dos nossos dias. O qual, nem sempre da mesma maneira nos diferentes autores e textos, com enorme frequência se articula com outras tantas ilusões. A política, como esfera definidora por excelência das classes sociais -- um tema recorrente no debate, pelo menos desde Gurvitch (s/d), em meados da década de 1960-- não cabe, aqui, como uma luva? A tese, bastante típica entre os gramscianos, sobre a importância estratégica de se ocupar os espaços institucionais não tem servido de justificativa da fusão dos sindicatos e partidos políticos dos trabalhadores com o Estado burguês? O tão conhecido, porque frequente, discurso acerca da democratização do Estado pela ocupação de postos e cargos no seu interior por "trabalhadores" é apenas o elogio da prática da cooperação com o capital da aristocracia operária e sua burocracia em tempos de neoliberalismo.

## 6.

Algumas ressalvas são imprescindíveis (melhor repeti-las que correr o risco de não se chamar a atenção necessária para elas): trata-se, aqui, apenas, de um exemplo e de uma área bem específica das ciências humanas. Além disso, não vai além de um mosaico bastante aproximativo: autores tão importantes quanto Piore e Sabel (1984), Ross (1999), Kumar (1997), Gorz (de 1980 e de 1987), Coriat (1994), e, entre nós, Boito (1999 e 2002), Badaró (2013), Ross (1999), Robinson (1962, Hirata (2002), Carvalho (1987), Coriat (1994), Gorz (1980), Iamamoto (1998), Braga (2003), se mencionados, sequer puderam ser considerados de modo apropriado. Carências assinaladas, contudo, o tratamento acadêmico do que se convencionou designar por "categoria trabalho" é um exemplo bastante típico da função ideológica falsificadora da realidade exercido pela academia. Ainda que nas ciências exatas, pelo próprio objeto de que se ocupam, isto nem sempre tenha lugar de modo tão direto e evidente, a crise estrutural do capital acelerou de tal modo a decadência ideológica da burguesia que tem conduzido boa parte da produção acadêmica à fronteira dos "delírios", (como caracterizou Gorz as teses do de Negri, Lazaratto e Hardt acerca do "trabalho imaterial").

Há alguns anos, *Imposturas Intelectuais* (Bricmond, e Sokal, 1999) revelou o quanto autores tão centrais para as ciências humanas de então, quanto Lacan, Kristeva, Irigaray, Baudrillard e Deleuze, Guattari etc. não faziam muito mais do que fantasias partindo de uma profunda ignorância dos fenômenos físicos que citavam como comprovadores de suas teses (Barreto, 2012). O argumento central de Jean Lojkin, no texto por nós citado, de que a mercadoria teria necessariamente que ser matéria natural transformada e que, portanto, a "informação" não seria uma mercadoria -- não é cotidianamente negada ao comprarmos uma aula ou uma entrada para um show? Que o que teria conduzido a humanidade, das trevas feudais ao mundo atual, teria sido o "amor pelo tempo por se constituir" (Negri, 1994:369-392; Lessa, 2005; Boron, 2000), não se relaciona com o mundo real de modo análogo às crenças religiosas? A tão prestigiada tese de Adam Schaff, segundo a qual, com o emprego dos robôs, no início do século 21 não haveria mais trabalho manual e que o problema central da humanidade seria desenvolver novos hobbies para ocupar o tempo livre, não se mostrou muito próxima ao estatuto ontológico de um delírio? As muitas e muitas teses centradas ao redor do postulado de que haveria duas formas de Estado, a

totalitária (a do período absolutista pré Revolução Francesa e a do hitlerismo e stalinismo) e a democrática, criação e resultado das lutas sociais (Ellen Wood, Leffort, Chauí entre nós) não se revelou apenas uma falsificação da história para legitimar a democracia burguesa e o Estado de Bem-Estar dos países imperialistas? A, ainda hoje, tão mencionada afirmação de Esping-Anderson de que as políticas públicas tornariam as sociedades menos mercantis, reduzindo o fetichismo da mercadoria e abrindo caminho à superação das injustiças capitalistas, possui algum grão de realidade que diminua seu caráter fantasioso? Bem pesadas as coisas, as tão aclamadas redução do trabalho ao trabalho abstrato (Kurz, Postone etc.), as teses de Buroway acerca do caráter político de categorias econômicas, como a mais-valia, se resumem a pouco mais que engenhosos sofismas, meras elucubrações mentais. As teorias de "cientistas" do quilate de um Fernando Coll (2008), que apregoa que hoje viveríamos em uma sociedade pós-mercantil porque valores como respeito à ecologia e às minorias tenderiam apredominar nas políticas dos Estados, ou de um Negri, para quem hoje viveríamos a "constituição da sociedade comunista" nos "interstícios do capital", sensatamente podem ser classificadas fora das "categorias" de delírio ou de fantasia? A tese fundante do pós-modernismo, segundo a qual a humanidade teria superado a fase das "grandes narrativas", inaugurando, a partir de 1990, uma nova fase, verdadeiramente democrática, pois livre das ameaças totalitárias do pensamento articulado ao redor da totalidade, não terminou sendo apenas uma fantasia de Lyotard e um delírio dos pós-modernos? Qual foi sua função ideológica -- além de justificar o "pensamento único" dos anos de apogeu do neoliberalismo, com Reagan, Thatcher e Tony Blair. E o que dizer do tão citado, a seu tempo, Giddens, com sua pueril fantasia de que o neoliberalismo seria uma terceira, verdadeiramente democrática, via à liberdade, depois do "totalitarismo" soviético e do fracasso do Estado de Bem-Estar? Com alguma sensatez: o que há nesta tese que a afaste de um delírio? Caso passemos à ordem soviética, a mesma função justificadora do status quo pode ser encontrada nas universidades "socialistas": que as numerosíssimas teorizações acerca de um possível caráter socialista do mercado não nos deixem mentir.

Viremos as cartas deste baralho: mesmo sendo possível enumerar casos em que as ciências humanas contribuíram para o conhecimento do mundo que em que vivemos -- e, quanto a detalhes e particularidades, sem dúvida os casos são muitos e compõem precisamente o campo em que procuram se situar as muitas glorificações da universidade -- não há qualquer teoria revolucionário que tenha sido produzida academicamente. Os exemplos clássicos (Marx, Engels, Lenin, Rosa, Gramsci, Trotsky) e os mais recentes, como Lukács, Mandel e Mészáros, atestam, sem lugar a dúvidas, que a universidade não apenas é um celeiro do "falso socialmente necessário", como ainda é um terreno infértil à teoria revolucionária.

As elucubrações acima mencionadas -- bem como os textos que tomamos para nosso exemplo de mais de seis décadas de tratamento acadêmico do trabalho -- não são de autores marginais e, se não são mais são hoje mencionados (é preciso esquecer rapidamente as fantasias para não desautorizar as que vão sendo seguidamente produzidas), já foram muito prestigiados nos meios acadêmicos. Alguns, como Kurz e Negri, chegaram mesmo a serem agraciados com colunas na Folha de São Paulo.

Infelizmente, -- e por razões muito fortes que se relacionam com o caráter burguês da academia -- nosso exemplo está longe de ser uma exceção. O conhecimento da essência do nosso mundo apenas pode avançar por fora e contra a academia. Esta é a relação entre a ciência e a universidade. Não há nada que possa servir à formação do jovem revolucionário nesse cadinho de fantasias e delírios conservadores e, quase sempre, reacionários. Além disso, as ilusões em sentido contrário têm jogado importante papel no aburguesamento ideológico e prático dos jovens militantes. Aqui, a principal ilusão parte, como é típico do "falso socialmente necessário", de um dado real: na universidade, "algum" conhecimento do mundo pode ser obtido. Daqui, avança a ilusão, se não se pode conhecer a essência do

mundo, pode-se ao menos conhecer suas particularidades. Terrível equívoco: o mero conhecimento das particularidades não revela a totalidade. Antes, o oposto é o verdadeiro: a totalidade é mais do que a somatória de suas particularidades; por isso conhecer "academicamente" as particularidades é garantia de desconhecimento da totalidade.

Em uma troca de ideias pela internet, um importante intelectual marxista, Duarte Pereira, que muito contribuiu para a formação política de parte de minha geração de militantes, argumentava que o "marxismo acadêmico" é uma contradição em termos. Se for marxista, não pode ser acadêmico; caso seja acadêmico, impossível ser marxista. Nada mais acertado. Basta olhar a realidade.

Podemos, com isso, concluir: a relação entre a "ciência acadêmica" e a teoria revolucionária é de exclusão recíproca. Para a formação de uma geração de militantes revolucionários que tanto carecemos, qual pode ser a serventia da universidade? Em uma só palavra: nenhuma.

Da constatação de que como tudo é contraditório -- algo indiscutivelmente verdadeiro, já que tudo é histórico -- não decorre que tudo seja possível. Em cada processo, o momento predominante que nele atua limita tanto o seu campo de possibilidades quanto o de suas necessidades. O caráter burguês da universidade faz com que não seja um instrumento útil na formação dos revolucionários. Não devemos converter necessidade em virtude: do fato do baixo nível das lutas de classe em nossos dias não possibilitar uma elevada formação teórica a partir das lutas sociais (como nos anos de Rosa, Lenin, de formação de Lukács etc.) não decorre que a universidade possa cumprir esse papel. Decorre uma consequência bem distinta: sem uma intensa luta de classes, é menos evidente o caráter de classe da universidade e de sua função social. Sem uma radical crítica teórica e prática da vida acadêmica -- isto é, enquanto aceitemos o meio termo de que na Universidade aprendemos algo de útil e que os critérios acadêmicos são úteis para o conhecimento da essência do mundo -- a academia continuará tendo sucesso em impedir a formação de uma nova geração de revolucionários.

Aqui não há meio termo. A experiência tem demonstrado a veracidade desta afirmação já por décadas. Da geração de revolucionários que, no processo de redemocratização, aceitou entrar na Universidade na esperança de formar os jovens, nada sobrou como herança. Um vazio deserto ocupado pelo pós-modernismo foi o resultado de décadas de ação dos intelectuais marxistas no interior da vida acadêmica. Que nossa neutralização ideológica pela academia possa, ao menos, deixar esta lição: nas contradições da vida acadêmica, o momento predominante cabe à sua determinação burguesa de classe, nenhuma formação revolucionária pode vicejar nesse terreno. (Lessa, 2014)

"Não deixe a universidade atrapalhar seus estudos!" As barricadas em Paris, de 1968, não estavam equivocadas neste particular. Caso queiramos descobrir o mundo para transformá-lo, temos o que fazer por fora e contra a universidade. Esta a relação entre a universidade e a teoria revolucionária.

Dura constatação para os jovens que adentram à universidade -- verdade! Em compensação, que vastos horizontes tal constatação abre para estes mesmos jovens, os horizontes da vida que não cabem no mesquinho mundo da academia!

Ao estudo revolucionário, meus amigos! Pois belas tempestades nos aguardam!

## Bibliografia

Allen, V. L. (1971) *The sociology of industrial relations*. Longman, Londres.

- Amin, S. (1977) *Imperialism and unequal development*. Monthly Review Press, Nova Iorque.
- Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. Boitempo, São Paulo.
- Antunes, R. e Braga, R. (2009) *Infoproletariados*. Boitempo, São Paulo.
- Arbix, G. (1996) *Uma Aposta no Futuro - o primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.
- Badaró, M. (2013) . "A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico". Revista Outubro, n.21.
- Bales, K. (1999) *Disposable People, new slavery in the global economy*. UCA Press, Berkeley, USA.
- Barreto, A. (2012) "Pós-modernismo em xeque: Alan Sokal e Jean Bricmont em *Imposturas intelectuais*". Griot – Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.5, n.1, junho.
- Belleville, P. (1963) *Une Nouvelle Classe Ouvrière* . Rene Julliard, Paris.
- Bühr, A. (1998) *Da grande noite à alternativa*. Boitempo, São Paulo.
- Boito, A. (1999) *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã, S. Paulo.
- Boito, A. (2002) "A hegemonia neoliberal no governo Lula". Crítica Marxista, n. 17.
- Boron, A. (2000) *Império e Imperialismo*. CLACSO, Buenos Aires.
- Bottomore, T. (1992) *Classes in modern society*. Routledge, Londres.
- Bourdieu, P. (1988) *Homo Academicus*. Stanford University Press, Standford, Usa.
- Braga, R. (2003) *A nostalgia do fordismo*. Ed.Xamã, S. Paulo.
- Braverman, H. (1981) *Trabalho e capital monopolista*. Zahar ed., Rio de Janeiro.
- Bricmond, J e Sokal, A. (1999) *Imposturas Intelectuais*. Ed. Record, São Paulo.
- Burawoy, M. (1985) *The politics of production*. Verso, Londres, Nova Iorque.
- Carvalho, R. de Q. (1987) *Tecnologia e Trabalho Industrial*. L,P&M, Porto Alegre.
- Coll, F. R. (2008) *Las democracias*. Editorial Ariel, Barcelona.
- Coriat, B. (1994) *Pensar pelo avesso*. Ed.Revan, Rio de Janeiro.
- Dahrendorf, R. (1959) *Class and Class conflict in an Industrial Society*, Routledge & Kegan, Londres.
- Davis, M. (2007) *Planeta Favela*, Boitempo, São Paulo.
- Dutton, P. V. (2002). *Origins of the French welfare State*. Cambridge University Press, New York.
- Emmanuel, A. (1972). *Unequal Exchange*. Monthly Review Press, Nova Iorque.
- Emmanuel, A. (1974) "Myths of Development versus myths of Underdevelopment". New Left Review, n.85, Londres.
- Friedman, G. (1950). *Où va le travail humain?* Gallimard, Paris.
- Gallie, D. (1978) *In search of the new working class*. Cambridge University Press, Nova Iorque.
- Gorz, A. (1970) "Immigrant Labour". New Left Review, n. 61, Londres.
- Gorz, A (org). (1980) *Crítica da Divisão do Trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.
- Gorz, A. (1987) *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Gurvitch, G. (s/d) *El concepto de clases sociales de Marx a nuestros días*. Ed. Nueva Vision, B. Aires.
- Harrison, R. (1965). *Before the socialists*. Routledge &Kegan Paul. Londres.

- Hirata, H. (2002) *Nova divisão social do trabalho?* Boitempo, São Paulo.
- Horne, A. (1987) *A savage war of peace. Algeria 1954-1962*. Penguin, Londres.
- Howe, I. (1993) "Introduction" in Harrington, M. (1993) *The other America – poverty in the United States*. Scribner Ed. Nova Iorque.
- Iamamoto, M. (1998) *O Serviço Social na Contemporaneidade*. Ed. Cortez, São Paulo.
- Kumar, K. (1997) *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- Lazreg, M. (2008), *Torture and the twilight of the Empire- from Algiers to Baghdad*. Princeton University Press. Princeton, EUA.
- Lenin, V. I. (1978) *Que fazer?* Ed. Hucitec, São Paulo.
- Leiman, M. M. (1993) *The political economy of racism*. Pluto Press, Londres.
- Lessa, S. (2004) "Uma praga de fantasias". Rev. Praia Vermelha, Pós-Grad em Serviço Social, UFRJ.
- Lessa, S. (2005) *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial*. Ed. Xamã, São Paulo.
- Lessa, S. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, Ed. Cortez, São Paulo.
- Lessa, S. (2013) *Estado de bem-estar e capital: o caráter de classe das políticas públicas*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Lessa, S. (2014) *O estudo e o revolucionário. Por que não estudamos?* Instituto Lukács, São Paulo.
- Lessa, S. e Tonet, I. (2012) *Proletariado e Sujeito Revolucionário*. Instituto Lukács, São Paulo.
- Lessa, S. (2014a) *Cadê os operários?* Instituto Lukács, São Paulo.
- Lojkine, J. (1995) *A revolução informacional*. Ed. Cortez.
- Mallet, S. (1963) *La nouvelle classe ouvrière*, Éditions du Seuil, Paris.
- Marx, K. (1977) *Salário, preço e lucro*. Textos 3, ed. Sociais, S. Paulo.
- Marx, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.
- Nagel, J. (1979) *Trabalho colectivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*. Lisboa, Ed. Prelo.
- Negri, A. (1991) *Marx Beyond Marx*. EUA/Inglaterra, Autonomedia/Pluto Press.
- Negri, A. (1994) *El Poder Constituyente*. Ed. Libertarias/ Prodhufi, S.A., Madrid.
- Perlo, V. (1963) *Militarism and Industry*. International Publishers, Nova Iorque
- Piore, M e Sabel, C. (1984) *The second industrial divide*. Basic Books, Nova Iorque.
- Poulantzas, N. (1985) *Classes in contemporary capitalism*. Ed. Verso, Londres.
- Rijali, D. (2007) *Torture and democracy*. Princeton University Press, New Jersey, EUA.
- Robinson, J. (1962) "Latter Day Capitalism". New Left Review, n.16, Londres.
- Ross, A. (Ed.). (1999) *No Sweat- fashion, free trade and the rights of garment workers*. Verso, Londres e Nova Iorque.
- Salvadori, M. (1979) *Karl Kautsky and the socialist revolution 1880-1938*. NLB, Londres.
- Schaff, A. (1990) *A sociedade informática*. Ed. Unesp, São Paulo.
- Schrecker, E. W. (1986) *No Ivory Tower*. Oxford University Press, Nova Iorque.